

# direitos reais - uso

↳ o uso é o **direito real de fruição sobre coisa alheia** em que o proprietário confere ao usuário o direito de usar e fruir de um bem com o objetivo de garantir as necessidades de sua família.

- **uso e fruição limitado**

@beatriznamiestudies

- **diferente do uso fruto**, o uso tem como objetivo garantir a necessidade de família do usuário.

**art. 1.412, § 1º CC** → a necessidade será avaliada conforme a condição social e o lugar onde viver o usuário.

- o uso é **incessível**, **não pode ser cedido**

No uso nós temos a figura de **usuário** que **detém a faculdade de usar da coisa**, mas os frutos advindos daquele bem não irão lhe pertencer, mas sim ao legítimo proprietário da coisa que lhe cedeu o bem.

**importante** → o direito real de uso **pode recair tanto sobre rés móveis como imóveis**, se for móvel a maioria da doutrina entende que não pode ser fungível e nem consumível.

- as **necessidades pessoais deverão ser analisadas** em conformidade com a condição social ostentada pelo usuário e o lugar em que ele vive, por isso vale ressaltar que o uso é **mutável**, podendo ser alargado ou estreitado caso haja o aumento ou diminuição das necessidades pessoais do usuário.

**art. 1.412, § 2º CC** → restringe o conceito de fami-

lia do usuário a: seu cônjuge, seus filhos solteiros e às pessoas de seu serviço doméstico.

rol exemplificativo e não taxativo.

@beatriznamiestudies

- **Venosa sobre o conceito sobre o objeto do uso:** "pode ser atribuído a móveis e imóveis. Como direito real sobre imóvel, deve ser registrado no cartório imobiliário. É instituto inútil como direito real, se objetivar coisas consumíveis, pois nesse caso se transferiria a propriedade.

- enumeram-se, dentre os direitos do usuário, a fruição e utilização da coisa com a finalidade de atender às necessidades do usuário e de sua família, não podendo perceber da coisa qualquer fruto.

**extinção do uso:** considera-se extinto quando ocorrer o falecimento do usuário, pois este direito real possui natureza personalíssima, então interfere-se logicamente que o ordenamento não admite, a transmissão de tal direito na sucessão.

De igual modo, ocorrerá a extinção se resta por resolvido o termo de duração estabelecido no ato constitutivo, exceto se o usuário vier a falecer antes.

Também se extingue o direito de uso se cessar o motivo que a originou ou quando não mais se verifica a situação de necessidade do usuário.